



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE CASCAVEL

4ª VARA CÍVEL DE CASCAVEL - PROJUDI

Avenida Tancredo Neves, 2320 - Fórum - Alto Alegre - Cascavel/PR - CEP: 85.805-000 - Fone: 45 3392-5035 - Celular: (45) 3392-5035 - E-mail: CAS-4VJ-S@tjpr.jus.br

Autos nº. 0028233-83.2024.8.16.0021

Processo: 0028233-83.2024.8.16.0021

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Tutela de Urgência

Valor da Causa: R\$20.000.000,00

Autor(s): • FAZENDA BELA VISTA HOLDING LTDA

• Gilmar Goes

• ROSIMAR VALLER

• VALLER & GOES – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA

Réu(s): • COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANCA E INVESTIMENTO VALE DO PIQUIRI ABCD - SICREDI VALE DO PIQUIRI ABCD PR/SP

I – Mov. 206.1: a totalidade das questões suscitadas pela cooperativa já foi apreciada na decisão de mov. 200.1, não se entendendo, por ora, pela presença dos requisitos necessários ao afastamento dos sócios da administração da sociedade, medida drástica que pode efetivamente levar à impossibilidade de superação do quadro de crise financeira.

A par disso, também foram adotadas, na referida decisão, as medidas acautelatórias que se entendeu serem suficientes à garantia do resultado útil do processo recuperacional, não havendo demonstração, pela cooperativa, de sua insuficiência ou inadequação.

Assim, **indeferido**, por ora, o requerimento de mov. 206.1.

II – Conheço dos embargos de declaração de mov. 213.1, pois presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal e, no mérito, nego-lhes provimento.

É que, como se vê da leitura das razões expostas pelos embargantes, cuida-se de verdadeira *insatisfação* com o *conteúdo* da decisão e o manifesto propósito de *infringi-lo*, para o que deve ser interposto o recurso próprio (inclusive já interposto; mov. 218.1).

III – Ciente da interposição de agravo de instrumento (mov. 218.1). Mantenho a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.

IV – Eventual requisição de informações será atendida nos autos do recurso.

V – Ciente dos RAPs de mov. 223.1 e 238.1.

VI – Concedo 10 (dez) dias adicionais às recuperandas para resposta aos questionamentos suscitados pela Sra. Administradora Judicial e para elaboração dos laudos de avaliação dos bens.

VII – Conforme o disposto no art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005, “Na *recuperação judicial*, as *suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo*



de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal”.

Pois bem. Na espécie dos autos, o período de blindagem inicialmente concedido está em vias de findar sem que tenha sido realizada a Assembleia-Geral de Credores, tornando-se necessária, assim, a sua prorrogação.

Ressalte-se, por relevante, que embora haja certa contribuição dos recuperandos para a superação dos 180 dias inicialmente concedidos, especialmente diante da celeuma envolvendo Gilmar Góes e os bens que foram partilhados indevidamente, fato é que mesmo sem isso não teria sido possível ultimar os atos necessários à aprovação (ou não) do plano dentro do prazo inicial.

Desse modo, **prorrogo** o período de blindagem por mais 180 dias.

VIII – Oficie-se ao juízo da Vara Cível da Comarca de Alto Piquiri solicitando a habilitação da Sra. Administradora Judicial nos autos de nº 0000342-87.2025.8.16.0042, diante da relevância das questões lá debatidas para a sorte da presente recuperação.

IX – Caberá às próprias recuperandas, todavia, comunicar tanto o deferimento da recuperação judicial quanto a prorrogação do *stay period* e os bens reconhecidos como essenciais nos feitos em que forem demandadas.

X – Aguarde-se, no mais, a apresentação de objeções ao Plano de Recuperação Judicial.

XI – Apresentada qualquer objeção, intime-se a Sra. Administradora Judicial para que sugira as datas para a realização da Assembleia Geral de Credores, e após voltem conclusos para sua convocação.

XII – Providências e intimações necessárias.

Cascavel, data da assinatura digital.

LUCIANO LARA ZEQUINÃO

Juiz de Direito Substituto

